



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

### ATA

----- Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, nos termos da alínea b) do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, reuniu pelas nove horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ponte de Lima, no Auditório Rio Lima, presidida pelo Senhor Professor Doutor Salvato Vila Verde Pires Trigo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- A) Apreciação e votação da Ata da sessão anterior (Doc. I);-----

----- B) Leitura do expediente e informações da mesa;-----

----- C) Apresentação de recomendações, propostas ou moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar.-----

----- C.1. Membro eleito do M51: Discussão e votação da Proposta de Recomendação “Prevenção de incêndios e defesa da floresta”.-----

----- D) Outros assuntos de interesse municipal. -----

----- D.1. Discussão e ratificação da decisão tomada na sessão de 17 de setembro de 2016, alínea f) do Ponto 3. da Ordem do Dia “Discussão e votação da Proposta de isenção de IMT - Emissão de parecer vinculativo a que refere o n.º 4 do artigo 10º do CIMT, para reconhecimento do benefício fiscal de isenção de IMT, nos termos da alínea h) do artº 6º do CIMT”. -----

----- **2. Período de Intervenção do público.**-----

----- **3. Período da Ordem do Dia:**-----

----- A) Apreciação da “**Informação do Presidente da Câmara bem como da situação financeira do Município**” (Doc. II); -----

----- B) Discussão e votação do “**Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017**” (Doc. III);-----

----- C) Discussão e votação do “**Mapa de Pessoal para o ano de 2017**” (Doc. IV);-----

----- D) Discussão e votação do “**Projeto de alteração do Regulamento de Acesso ao Projeto Terra Reabilitar**” (Doc. V);-----

----- E) Discussão e votação da “**Proposta de Redução de Taxas da Feira Quinzenal**” (Doc. VI); -----

----- F) Discussão e votação da “**Proposta de Autorização de celebração de contrato interadministrativo delegação de competências de limpeza e recolha de resíduos entre o Município de Ponte de Lima e a Freguesia de Gondufe**” (Doc. VII); -----

----- G) Discussão e votação da “**Proposta de Autorização de celebração de contrato interadministrativo delegação de competências – Transportes Escolares 2º e 3º Ciclos 2016/2017**” (Doc. VIII); -----

----- H) Discussão e votação da “**Proposta de Autorização de celebração de Adenda ao contrato interadministrativo delegação de competências – transportes escolares**”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

2º e 3º ciclo 2016/2017 – Juntas de Freguesia de Brandara, Estorãos e Bertlandos”  
(Doc. IX); -----

----- I) Discussão e votação da “Proposta de nomeação como auditor externo responsável pela certificação legal de contas, de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da “C & R Ribas Pacheco, SROC”;  
(Doc. X); -----

----- J) Para conhecimento “Informação da qual constam as isenções/ reduções ao abrigo da autorização genérica para efeitos do disposto no n.º 2 do artº 16 da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, aprovada pela Assembleia Municipal a 24 de abril de 2015”. (Doc. XI); -----

----- K) Para conhecimento: “Informação sobre a situação económica e financeira do Município de Ponte de Lima reportada a 30 de junho de 2016 – Comunicação da Sociedade de revisores Oficiais de Contas C&R Ribas Pacheco” (Doc. XII). -----

----- Estiveram ausentes e apresentaram pedidos de substituição e justificação, o senhor presidente da Junta de Freguesia de Vitorino das Donas que se fez substituir pelo secretário António Pedro Costa Lima Alves, e os membros eleitos, Ana Júlia Viana, Gonçalo Nuno Amorim e Castilho e José Martins Pires da Silva. -----

----- 1. Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- A) Apreciação e votação da Ata da sessão anterior: sujeita a votação, foi aprovada por maioria com três abstenções.-----

----- B) Leitura do expediente e informações da mesa: a Secretária da Mesa leu o resumo da correspondência recebida, entre 17 de setembro e 16 de dezembro de 2016. --

----- C) Apresentação de recomendações, propostas ou moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar: -----

----- C.1. Interveio o membro eleito Alípio Barbosa (M51) com a apresentação de uma proposta de recomendação relativa à *Prevenção de incêndios e defesa da floresta*. -----

----- Inscreveu-se para pedir esclarecimentos o membro eleito Ricardo Vieira (PSD). O membro eleito Alípio Barbosa (M51) prestou esclarecimentos adicionais. Registou-se nova intervenção do membro eleito Ricardo Vieira (PSD). -----

----- O senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por convenientes.

----- Registou-se a intervenção do membro eleito Alípio Barbosa (M51). -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para sensibilizar o Plenário da importância da problemática dos incêndios, nas suas várias vertentes, designadamente a necessidade de atuar sobre a questão criminal.-----

----- Inscreveu-se para intervir o membro eleito António Carlos Matos (PS), o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo e os membros eleitos Mecia Martins (CDS-PP) e Ricardo Vieira (PSD). -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

----- Interveio o membro eleito Alípio Barbosa (M51). -----

----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade que a Mesa da Assembleia Municipal prepare um documento, a distribuir prévia e atempadamente, e a discutir em sessão próxima da Assembleia, onde a problemática dos incêndios e da defesa da floresta seja tratada nas suas várias vertentes. -----

----- O membro eleito Casimiro Magalhães (M51) (Doc. nº 1) apresentou um voto de pesar elo falecimento da senhora Ester do Lago Arrais Torres de Magalhães, mãe de onze filhos e esposa do ex Presidente da Câmara Municipal, entre 1964 e 1974, Dr. Álvaro Rebelo Vieira de Araújo. -----

----- Sujeito a votação, foi aprovado por maioria com uma abstenção. -----

----- **D) Outros assuntos de interesse Municipal.** -----

----- Inscreveram-se para intervir neste ponto o senhor Presidente da Junta de Arcozelo e o membro eleitos António Carlos Matos (PS). Usou da palavra para defesa da honra, o senhor Presidente da Junta de freguesia de Arcozelo (Doc. nº 2). -----

----- Registaram-se as intervenções dos membros eleitos Pedro Ligeiro (PSD), Abel Lopes (CDS-PP) (Doc. nº 3), Ricardo Vieira (PSD), Mecia Martins (CDS-PP), Nuno Matos (PSD), Sandra Fernandes (CDU)(Doc. nº 4), Joaquim Alpoim (M51) (Doc nº5), Nuno Matos (PSD) para defesa da honra, Alípio Matos (PSD) e Alípio Barbosa (M51).-

----- Usou da palavra para ponto de ordem à mesa, o membro eleito Mecia Martins (CDS-PP). Intervieram para defesa da honra, o senhor Presidente da Junta da Freguesia da Boalhosa, e o membro eleito Nuno Matos (PSD). -----

----- Solicitou o uso da palavra em nome da Câmara Municipal, e foi concedida, o vice Presidente da Câmara, Gaspar Martins, para defesa da honra. -----

----- O senhor Presidente da Câmara prestou as informações tidas por necessárias. -----

----- Intervieram para pedidos de esclarecimentos os membros eleitos António Carlos Matos (PS), Sandra Fernandes (CDU), Pedro Ligeiro (PSD) e Alípio Matos (PSD). -----

----- O senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por convenientes.-

----- Usou da palavra para defesa da honra o membro eleito Pedro Ligeiro (PSD). -----

----- Interveio o membro eleito Armando Pereira (CDS-PP) e Abel Lopes (CDS-PP) para acrescentar informação à proposta apresentada supra e que se prende com a atuação da entidade *Infraestruturas de Portugal*.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade remeter ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas a proposta apresentada. -----

----- **D.1. Discussão e ratificação da decisão tomada na sessão de 17 de setembro de 2016, alínea f) do Ponto 3. da Ordem do Dia** “Discussão e votação da Proposta de isenção de IMT - Emissão de parecer vinculativo a que refere o nº 4 do artigo 10º do CIMT, para reconhecimento do benefício fiscal de isenção de IMT, nos termos da alínea h) do artº 6º do CIMT”. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

---- Intervieram neste ponto os membros eleitos António Carlos Matos (PS), Sandra Fernandes (CDU) (doc. nº 6), Pedro Ligeiro (PSD), Abel Lopes (CDS-PP), Alípio Barbosa, Mecia Martins (CDS-PP), e António Carlos Matos (PS) para pedido de esclarecimento. -----

---- Sujeita à votação a **confirmação da decisão** tomada na sessão de 17 de setembro de 2016, alínea f) do Ponto 3. da Ordem do Dia “Discussão e votação da Proposta de isenção de IMT - Emissão de parecer vinculativo a que refere o nº 4 do artigo 10º do CIMT, para reconhecimento do benefício fiscal de isenção de IMT, nos termos da alínea h) do artº 6º do CIMT” **foi aprovada por maioria com** trinta e cinco votos a favor, doze abstenções e vinte votos contra. O Grupo Municipal do PSD juntou declaração de voto que se anexa à presente ata como documento nº 7. -----

---- **2. Período de Intervenção do público.**-----

---- Inscreveram-se para intervir neste período da Ordem de trabalhos, Luís Maria Barreiros (Doc. nº 8), relativamente à geminação de Ponte de Lima com o Rio de Janeiro, bem como Patrícia Moreira, Acácio Fernandes, Manuel Moreira (Doc. nº 9), Elisabete Pires, todos se pronunciaram sobre a construção da central de betuminoso. Registou-se ainda a intervenção de José Barbosa que se pronunciou sobre vários assuntos. -----

---- O senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Junta de Arcozelo prestaram os esclarecimentos tidos por necessários. -----

---- **3. Período da Ordem do Dia:** -----

---- A) Apreciação da “**Informação do Presidente da Câmara bem como da situação financeira do Município**” (Doc. II); Interveio neste ponto o membro eleito Armando Pereira (CDS-PP). -----

---- B) Discussão e votação do “**Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017**” (Doc. III); Inscreveram-se para intervir neste ponto os membros eleitos Alípio Matos (PSD), Joaquim Rosas (M51)(Doc. nº 10), António Carlos Matos (PS), Sandra Fernandes (CDU)(Doc nº 11) e António Carlos Matos (PS). -----

---- O senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por necessários. --

---- Registou-se a intervenção do membro eleito Nuno Matos (PSD) para esclarecimentos. -----

----Votação da alínea B) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: “**Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017**”: sujeita a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com uma abstenção e dezanove votos contra. O Grupo Municipal do PSD juntou declaração de voto que se anexa à presente ata como documento nº 12. -----

---- C) Discussão e votação do “**Mapa de Pessoal para o ano de 2017**” (Doc. IV);

---- Interveio neste ponto o membro eleito Alípio Matos (PSD). -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

----- O senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por convenientes.

-----Votação da alínea C) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **“Mapa de Pessoal para o ano de 2017”**: sujeita a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com oito votos contra e nove abstenções.-----

----- D) Discussão e votação do **“Projeto de alteração do Regulamento de Acesso ao Projeto Terra Reabilitar”** (Doc. V). -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- Votação da alínea D) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **“Projeto de alteração do Regulamento de Acesso ao Projeto Terra Reabilitar”**: sujeita a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- E) Discussão e votação da **“Proposta de Redução de Taxas da Feira Quinzenal”** (Doc. VI); Interveio o membro eleito António Carlos Matos (PS). -----

----- O senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por convenientes.

-----Votação da alínea E) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **“Proposta de Redução de Taxas da Feira Quinzenal”**: sujeita a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com cinco abstenções e três votos contra. -----

---- F) Discussão e votação da **“Proposta de Autorização de celebração de contrato interadministrativo delegação de competências de limpeza e recolha de resíduos entre o Município de Ponte de Lima e a Freguesia de Gondufe”** (Doc. VII); -----

----- Não se registaram intervenções. -----

---- Votação da alínea F) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **“Proposta de Autorização de celebração de contrato interadministrativo delegação de competências de limpeza e recolha de resíduos entre o Município de Ponte de Lima e a Freguesia de Gondufe”**: sujeita a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- G) Discussão e votação da **“Proposta de Autorização de celebração de contrato interadministrativo delegação de competências – Transportes Escolares 2º e 3º Ciclos 2016/2017”** (Doc. VIII);-----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- Votação da alínea G) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **“Proposta de Autorização de celebração de contrato interadministrativo delegação de competências – Transportes Escolares 2º e 3º Ciclos 2016/2017”**: sujeita a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com cinco votos contra. -----

----- H) Discussão e votação da **“Proposta de Autorização de celebração de Adenda ao contrato interadministrativo delegação de competências – transportes escolares 2º e 3º ciclo 2016/2017 – Juntas de Freguesia de Brandara, Estorãos e Bertandos”** (Doc. IX);-----

----- Não se registaram intervenções.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

--- Votação da alínea H) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **“Proposta de Autorização de celebração de Adenda ao contrato interadministrativo delegação de competências – transportes escolares 2º e 3º ciclo 2016/2017 – Juntas de Freguesia de Brandara, Estorãos e Bertiandos”**: sujeita a proposta à votação foi aprovada por maioria, com cinco votos contra. -----

----- I) Discussão e votação da **“Proposta de nomeação como auditor externo responsável pela certificação legal de contas, de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da “C & R Ribas Pacheco, SROC”**; (Doc. X); -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- Votação da alínea I) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **“Proposta de nomeação como auditor externo responsável pela certificação legal de contas, de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da “C & R Ribas Pacheco, SROC”**: sujeita a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com quatro abstenções. -----

----- J) Para conhecimento **“Informação da qual constam as isenções/ reduções ao abrigo da autorização genérica para efeitos do disposto no nº 2 do artº 16 da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, aprovada pela Assembleia Municipal a 24 de abril de 2015”**. (Doc. XI); -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- K) Para conhecimento: **“Informação sobre a situação económica e financeira do Município de Ponte de Lima reportada a 30 de junho de 2016 – Comunicação da Sociedade de revisores Oficiais de Contas C&R Ribas Pacheco”** (Doc. XII). -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal, pelas dezasseis horas, deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa desta Assembleia Municipal. -----

O Presidente \_\_\_\_\_

A 1.ª Secretária \_\_\_\_\_

O 2.º Secretário \_\_\_\_\_

O conteúdo da presente sessão fica registado em suporte digital.



## Voto de Pesar

Faleceu, no passado dia 19 de Novembro, **Ester do Lago Arrais Torres Magalhães**, da freguesia de Vitorino dos Piães, do concelho de Ponte de Lima, com 89 anos.

A **Sr.<sup>a</sup> Ester do Lago Arrais Torres Magalhães**, mãe de 11 filhos, esposa do Dr. Álvaro Rebelo Vieira de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima de 1964 a 1974, foi mãe, esposa e cidadã convicta de valores fundamentais da família, da educação e da dignidade da pessoa humana.

O Movimento 51 propõe assim à Assembleia Municipal de Ponte de Lima que preste pública homenagem e agradecimento à mãe, à esposa e à cidadã **Ester do Lago Arrais Torres Magalhães**, através da aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, dando dele conhecimento à sua família.

Ponte de Lima, 17 de Dezembro de 2016,

*pl* O Grupo Municipal do Movimento 51,

*Artur Carlos Oliveira Albuquerque*





Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhora e Senhor Secretário  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Senhora e Senhores Vereadores  
Colegas Presidentes de Junta de Freguesia e membros eleitos  
Comunicação Social  
Minhas Senhoras e meus Senhores

É indispensável, diria mesmo imperioso, dirigir-me a esta Assembleia, para abordar o tema "Central de Betuminoso", que tem merecido ao longo dos últimos tempos honras de primeira página dos periódicos locais e não só.

Manifestações mais ou menos organizadas e orquestradas, marchas lentas de viaturas, "procissões de velas", enfim um "sem fim" de atitudes e tomadas de posição contra os malefícios deste equipamento.

Tudo legítimo, mas descontextualizado e pobre de substância.

Não vi, não li, não consegui vislumbrar, em nenhum dos atos acima referidos, nenhum argumento válido, consistente, técnico ou científico, que legitimasse a preocupação face aos propensos malefícios poluidores deste equipamento, bem pelo contrário, toda a argumentação usada não sai dos lugares comuns e dos habituais chavões de quem quer, apenas pela "barulheira" que faz, convencer os menos esclarecidos das razões que os assiste.

Foi a Junta de Freguesia de Arcozelo, num ato responsável, a primeira entidade a promover uma sessão de esclarecimento, na sede da Junta de Freguesia, para a qual convidou a empresa PREDILETES, para estar presente e pela voz dos seus técnicos esclarecer a população presente e os autarcas, da perigosidade ambiental do equipamento a instalar, designadamente no que a emissões gasosas, resíduos e seu tratamento, contaminações de linhas de água, etc., etc., etc..

Foi atingido o objetivo do esclarecimento técnico, mas não foi atingido o objetivo do esclarecimento público, porque, um determinado número de pessoas que se envolveram nesta questão por razões meramente de política partidária, não deixaram, produzindo intervenções comicieiras, vazias de conteúdo e cujo objetivo era tão só o de confundir o público presente.

São tanto verdade estes factos que, esses mesmos senhores, anunciaram que se haviam constituído em Associação de Defesa do Ambiente e da Saúde de Arcozelo, tendo promovido uma sessão de esclarecimento nas instalações do Centro Comunitário de Arcozelo da Santa Casa da Misericórdia, querendo passar a ideia que as instalações públicas da Freguesia não estavam disponíveis ou lhes tinham sido negadas, o que não corresponde minimamente à verdade, porque ninguém solicitou à Junta de Freguesia a cedência de instalações, pois se o tivessem feito, teriam naturalmente resposta afirmativa.

Seguiu-se depois todo o folclore que todos conhecemos, com os líderes do pretenso movimento associativo, a tentar colar a imagem do Presidente da Junta de Freguesia à construção da Central, no sentido de o mesmo ser favorável a essa construção, o que também não corresponde à verdade, como demonstrarei a seguir.





Mas vamos ao que verdadeiramente importa.

A Junta de Freguesia, responsabilmente, para além da sessão de esclarecimento, tomou as decisões que se impunham, nomeadamente, o pedido essencial de um parecer técnico, a uma entidade competente e idónea. Para além dessa decisão, na normal emissão de parecer não vinculativo, sobre a comunicação recebida do município a indicar que deu entrada nos serviços, para licenciamento, um processo de obras para a instalação de uma central descontínua de produção de misturas betuminosas, a Junta de Freguesia pronunciou-se, alertando para as questões do ordenamento do território que deviam ser cumpridas antes do licenciamento. Sempre convicta que esta postura era a indicada, sobretudo para o órgão de gestão de Arcozelo, que conseguiu, nos últimos seis anos passar de zero metros quadrados de parque industrial, para 400.000 metros quadrados, e deve, responsabilmente ser um elemento proactivo no sentido da captação de indústria que venha, neste grande espaço empresarial, criar emprego e riqueza.

Dissemos, de forma categórica que não tínhamos opinião formada, dado o melindre e especificação da matéria em análise, mas hoje, posso anunciar que já temos, pois já recebi o parecer que solicitamos e, de acordo com o mesmo, não existe qualquer preocupação na instalação do equipamento face às medidas previstas de monitorização e controlo.

O relatório do IDAD – Instituto do Ambiente e do Desenvolvimento, entidade que funciona sob o alto patrocínio da Universidade de Aveiro, é conclusivo, dando indicação no sentido de sermos favoráveis à montagem da Central em Arcozelo.

Não vamos aqui explanar o teor do parecer, pois, por respeito à Assembleia de Freguesia de Arcozelo, ela será a primeira a conhecer o seu teor, no próximo dia 30 de Dezembro.

Tentamos, junto do técnico que esteve presente na sessão de esclarecimento da Santa Casa da Misericórdia, o Eng.º Horácio Faria, que ele, também, se disponibilizasse para emitir um parecer técnico para a Junta de Freguesia, mas o convite para a prestação do serviço foi declinada.

Nada mais tenho a acrescentar sobre o assunto, terminando apenas com duas recomendações:

1. A primeira para a Câmara Municipal, no sentido de promover uma avaliação da qualidade do ar, antes da Central estar a funcionar e, uma outra após a sua entrada em funcionamento, sem que esta atitude pretenda acautelar qualquer inconformidade com a decisão tomada, mas apenas, como diz o ditado, à mulher de César não lhe basta ser séria, tem também que parecê-lo.
2. Uma segunda recomendação para os promotores da associação de contestação à instalação da Central, para que, se estão verdadeiramente convencidos da poluição que apregoam, que se munam de parecer idóneo, independente e competente, que dê conforto à sua luta, pois só assim, podemos ser verdadeiramente sérios nas causas que defendemos.

Tenho dito,

A população que vive a margem das estradas nacionais sob a jurisdição das Infraestruturas de Portugal está a ser alvo de um golpe de cobrança de imposto duas vezes.

E passo a explicar:

A Lei n.º 34/2015 de 27 de Abril, aprova o novo estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

A empresa **Infraestruturas de Portugal**, no verão de 2016 iniciou o levantamento de acessos diretos as vias sob a sua jurisdição, identificando os acessos de comercios e acessos de casas particulares.

No decorrer dos meses de Junho e Julho de 2016, a **Infraestruturas de Portugal**, procede ao envio de editais a todas as Autarquias e Juntas de Freguesia com o objetivo de notificar a população, à regularização de acessos diretos as estradas sob a sua jurisdição.

Após o envio deste edital, a **Infraestruturas de Portugal** passou a notificar, via CTT, todos proprietários e/ou arrendatários de todos os acessos comerciais existentes.

Nessa mesma notificação, que segundo informações está a ser utilizada em todo o país, a empresa afirma no 5.º paragrafo o seguinte, "Os trabalhos de levantamento dos acessos permitiram verificar, em 17 de junho de 2016, a existência de um acesso acima identificado, **em relação ao qual não se mostra emitido o correspondente título administrativo**, de acordo com a legislação em vigor."

Ou seja, esta carta está a ser enviada para quem possui Diploma de Licença, afirmando a empresa no 5.º paragrafo da sua notificação, de que o comercio não possui Diploma de Licença.

A **Infraestruturas de Portugal** está a notificar os proprietários que tem acessos diretos as estradas sob a sua jurisdição sem se dar ao trabalho de pesquisar se no arquivo da empresa esse Diploma de Licença existe ou não.

E isto está a ser feito com apenas **um único e só objetivo, ARRECADAR 500 € de TAXAS DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS**, fixadas pela alinea a) do art.º 3 da Portaria n.º 357/2015 de 14 de Outubro,



Ou seja, o proprietário que tem um acesso direto à estrada é notificado sem que os Serviços verifiquem se possui ou não Diploma de Licença, passando para o proprietário o onus da prova de apresentação do Diploma de Licença.

A entidade licenciadora, **Infraestruturas de Portugal**, esta com esta postura, a isentar-se da obrigação de ter de saber quem possui Diploma de Licença.

Ou seja, a Lei n.º 34/2015 de 27 de Abril, no seu n.º 4 do art.º 3 diz o seguinte;

“A administração rodoviária procede, no prazo de um ano a contar da data de entrada em vigor da presente Lei, ao levantamento dos acessos existentes nas estradas sob a sua jurisdição , **e promove relativamente às situações de inexistência de título administrativo a respetiva regularização.**

Tem nós chegado por parte da população do distrito de Viana do Castelo, queixa dos comerciantes, arrendatários e proprietários do comercio, que estão a ser notificados por inexistencia do Diploma de Licença, concedendo-lhes um prazo de 30 dias para apresentação dos documentos com o objetivo de licenciar o acesso.

Os comerciantes arrendatários não tendo obrigação de posuir o Diploma de Licença, quem tem obrigação de possuir o Diploma de Licença é o proprietário do espaço onde se estabelece o comercio.

O que se verifica é que a empresa **Infraestruturas de Portugal** está a identificar os acessos comerciais pelo nome do comercio em si, não havendo o cuidado, de verificar se se trata do proprietário ou do arrendatário.

A **Infraestruturas de Portugal** partem do principio que ninguem tem Diploma de Licença, e obrigam a que seja o notificado a fazer prova desse mesmo Diploma apresentando para o efeito o documento, caso o proprietário não esteja em posse desse mesmo documento é obrigado a pagar 500€, só para instrução de processo.

Esta forma de atuar por parte da administração rodoviária é imoral.

Esta forma de atuar por parte da administração rodoviária é ilegal.

Esta entidade, é licenciadora, desde 1971, esta entidade licenciadora é a conhecida ex-JUNTA AUTÓNOMA DE ESTRADAS, ex-INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO E EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA, ex-INSTITUTO DAS ESTRADAS DE PORTUGAL, ex-ESTRADAS DE PORTUGAL e agora, depois da fusão com a REFER, aparece como INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL.

Esta entidade tem obrigação de saber quais os acessos que estão licenciados desde 1971, esta entidade licenciadora tem obrigação de ter o arquivo atualizado e em situação de ser consultado por parte dos notificados.

Assim proponho que esta intervenção seja remetida ao Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, para lhe dar conhecimento da forma como a empresa Infraestruturas de Portugal está atuar, de forma a que o Senhor Ministro mande indagar a forma como a empresa com capitais publicos está a gerir todo este processo e obrigue a **Infraestruturas de Portugal** a notificar **apenas e só os proprietário que tem acessos diretos a estrada sem o respetivo Diploma de Licença**.

Mais solicito que seja dado conhecimento do teor deste documento a todas as Comunidades Intermunicipais e a Associação de Municípios, para que informem os seus membros da ilegalidade que está a ser praticada pela entidade licenciadora **Infraestruturas de Portugal**.

Alf. Alves G.



Assembleia Municipal de Ponte de Lima

Sessão Ordinária de 17 de dezembro de 2016



**1. Período de Antes da Ordem do Dia:**

**D). Outros assuntos de interesse Municipal.**

Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

**Sobre reposição das freguesias**

Por proposta do Governo foi criado, por Despacho publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 102 — 27 de maio de 2016, um Grupo Técnico constituído por representantes do Governo, da ANMP e ANAFRE, para no prazo de 180 dias, definir critérios de avaliação da reorganização territorial das freguesias e propor critérios objetivos que permitam às próprias autarquias aferir os resultados do processo de fusão/agregação de freguesias.

No âmbito da sua missão o Grupo Técnico elaborou um questionário, dirigido aos municípios para serem preenchidos e enviados até ao dia 15 de outubro passado.

Na verdade; ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias. A reforma administrativa imposta em nada resolveu — antes agravou — os principais problemas com que se confrontam as freguesias.

Pelas Bandas de cá não se conhece nenhuma iniciativa pública do município para ouvir as populações das freguesias agregadas e tão pouco foi dado conhecimento e ouvida a opinião dos eleitos da assembleia municipal.

Face aos requisitos do Despacho Governamental, o Município deveria ter dado resposta ao questionário. O que implica a seguintes perguntas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima:

1. Foram ou não ouvidas as freguesias e as populações que foram alvo de agregação, para ser emitida uma opinião com base na manifestação real das mesmas?
2. Dada a relevância da importância das questões inqueridas, o que impediu o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitar a realização de uma assembleia municipal extraordinária para ouvir a opinião de todos os membros eleitos no órgão deliberativo municipal, sobre a matéria?

O eleito da CDU

*Sandra Margarida Fernandes*  
Sandra Margarida Fernandes



MOVIMENTO 51

**Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs Secretários**

**Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,**

**Srs. Vereadores,**

**Srs. Deputados Municipais,**

**Minhas Senhoras e meus Senhores:**

### **Central de Betuminoso**

Os Deputados Municipais, eleitos na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vêm no exercício das suas funções declarar as suas preocupações, relativamente à central de betuminoso.

A 12 de julho de 2016, a Quinta da Lagoeira – Investimentos, empresa que integra a Predilethes, apresentou proposta de aquisição do prédio rústico registado a favor do município de Ponte de Lima com a finalidade de aí instalar uma central de betuminoso. Em reunião de Câmara, de 1 de agosto de 2016, esta proposta é aprovada com seis votos a favor e um voto contra do vereador do Movimento 51, Dr. Filipe Viana.

Na última reunião de AM, de 17 de setembro, foi aprovado o ponto 3, alínea f) “Discussão e votação da Proposta de isenção de IMT – Emissão de parecer vinculativo a que se refere o n.º 4 do artigo 10.º do CIMT, para reconhecimento do benefício fiscal de isenção de IMT, nos termos da alínea h) do art.º 6º do CIMT”.

A partir daqui tenta-se desatar o embrulho criado por este Executivo Municipal. É da competência da Câmara Municipal o ordenamento do território, a elaboração e a aprovação os PDM e os PU em Assembleia Municipal. Para que servem estes documentos, se não são cumpridos, neste caso, com o conhecimento e conviência da Câmara?

- A Câmara vende um terreno para a instalação de uma central de betuminoso na zona central da freguesia de Arcozelo;
- Como é possível licenciar sem a apresentação do título de registo de propriedade, e apenas com o contrato de promessa de compra e venda, um projeto de arquitetura e início de obras e despachar num prazo de três dias?



- Como é possível despachar em três dias, não cumprindo os regulamentos municipais, quando em casos, como por exemplo para legalizar um anexo edificado há mais de cem anos são necessários cerca de 3 anos?
- Como é possível não mandar parar as obras que estão a ser executadas num terreno, cujo proprietário é ainda a Câmara Municipal?
- Possuímos fotografias efetuadas com um intervalo de cerca de 15 dias, que provam o avanço das obras.
- Pela leitura dos jornais ficamos a saber que o Sr. vereador das obras particulares, Eng. Vasco Ferraz, revogou o despacho da autorização e licenciamento do projeto de arquitetura e início de obras, invocando que houve um “erro procedimental” no projeto e que os técnicos da Câmara “tiveram um lapso técnico” (coitado do técnico!). Esta revogação aconteceu a 10 de <sup>Novembro</sup> ~~agosto~~, mas as obras continuam a bom ritmo.
- Perante tamanha embrulhada, o Sr. Eng. Vasco Ferraz diz também que é vereador, que não é técnico. Ficamos sem perceber nada!
- O Sr. Presidente da Câmara, a certa altura, refere que há várias centrais idênticas a funcionar no concelho, nomeadamente uma na freguesia de Vitorino das Donas. Ora isto é falso. Existiu sim, mas nesse local funciona agora uma empresa ligada ao Ambiente e, segundo informações por nós recolhidas, não sabemos se será para o proteger ou, pelo contrário. Para o atacar.
- Perante tamanha violação dos instrumentos de gestão territorial (PDM e PU das Pedras Finas), cujo responsável mor é a Câmara Municipal, é este precisamente que permite a persistência nas tropelias da lei.
- O Sr. Presidente da Junta de freguesia de Arcozelo continua à espera do parecer do Instituto do Ambiente e Desenvolvimento, ligado à Universidade de Aveiro, para se pronunciar sobre a instalação da central de betuminoso na freguesia. E diz, passo a citar “Quando tiver o parecer, vou dar a minha opinião, porque ao contrário dos outros só falo do que sei”. Depois do projeto de arquitetura e licenciamento ter sido revogado pela Câmara, João Barreto disse não saber se as obras continuariam. Deve estar de férias. Mas o que todos se esquecem de referir é que não foram cumpridos os regulamentos de gestão territorial do nosso concelho.
- Não vamos dar ênfase à comparação feita pelo Sr. Presidente da Câmara, relativamente à poluição causada pela central de betuminoso. Compara-a à poluição de uma padaria. Seria bem pior, se a comparasse à produção de pasteis de Belém ou a um assador de castanhas, como podemos ver aos fins de semana no passeio 25 de abril, junto à avenida dos plátanos.
- Sr. Presidente: para haver combustão é necessário um carburante e oxigénio e apenas em condições estequiométricas esta liberta para a atmosfera vapor de água e CO<sub>2</sub>. Obviamente, não é o caso desta central.

- Recorrentemente ouvimos o executivo da Câmara Municipal e alguma oposição referir que o vereador do Movimento 51 vota muitas vezes contra. Mais uma vez, com esta baralhada, o vereador Filipe Viana mostra que está no bom caminho. Mostra que defende os cidadãos limianos, os munícipes menos avisados.
- A concelhia do PSD, em entrevista ao jornal Alto Minho, refere que o vereador eleito, votou a favor da venda do terreno, mas foi induzido em erro, porque lhe disseram que não havia casas à volta da central. Coitado do vereador, que refere muitas vezes que, quando a Câmara não lhe fornece os documentos, se dirige à Câmara, pedindo para os consultar. Mais uma vez foi enganado, coitado! Parece mais preocupado com o sentido de votação do vereador Filipe Viana (ver ata n.º 17/2017, de reunião de Câmara de 01 de agosto de 2016).

Em síntese, a Câmara Municipal deveria ter publicitado a venda do terreno em vez de fazer um ajuste direto com a empresa em causa. A isto chama-se – toda a gente o sabe – transparência. Se se pretende edificar algo nesse terreno, deveriam ser cumpridos todos os instrumentos de gestão territorial aprovados (PDM e PU). Não o foram. A isto chama-se transparência e equidade no tratamento. Contrato de promessa de compra e venda é uma intenção e não um título de posse. Mais uma putativa ilegalidade para o licenciamento.

Salientamos que as centrais de betuminoso fazem falta ao desenvolvimento económico, nomeadamente para a manutenção e construção de infraestruturas rodoviárias.

Por tudo o que foi dito e o que falta dizer, voltamos a sublinhar que é bem mais difícil legalizar e licenciar um anexo construído há mais de cem anos, e que serve perfeitamente a sua função, do que proceder à instalação de uma central de betuminoso, violando os instrumentos de gestão territorial.

Ponte de Lima, 17 de dezembro de 2016,

Os Deputados do Movimento 51







## Assembleia Municipal de Ponte de Lima

Sessão Ordinária de 17 de dezembro de 2016

### 1- Período de Antes da Ordem do Dia:

D.l. Discussão e ratificação da decisão tomada na sessão de 17 de setembro de 2016, alínea f) do Ponto 3. da Ordem do Dia "Discussão e votação da Proposta de isenção de IMT ~ Emissão de parecer vinculativo a que refere o nu 4 do artigo 10º do CIMT, para reconhecimento do benefício fiscal de isenção de IMT, nos termos da alínea h) do artº 6º do CIMT"

Exmº. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

A CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV considera que sobre este ponto em discussão a decisão a tomar é a de pura e simplesmente a anulação e não ratificação do deliberado na sessão da assembleia municipal de 17 de setembro de 2016, tendo em conta:

1. A forma confusa e a ligeireza do município no lançamento de um projecto deste cariz por omissão de elementos imprescindíveis a uma avaliação criteriosa;
2. Por não restarem dúvidas de a execução de uma obra clandestina e pela não obediência da empresa em cumprir com as decisões municipais de embargo da mesma;
3. Considerando que o benefício fiscal de isenção de IMT pedido pelo requerente se destinava à pretensa instalação de uma central de produção de betuminoso que não se compatibiliza com as exigências de salvaguarda de interesse público.

A CDU manifesta a sua apreensão pela forma nada rigorosa de toda a vereação municipal na avaliação de um projecto industrial deste cariz, ficando-se simplesmente pelos pareceres dos serviços técnicos municipais.

É sabido que os riscos e inconvenientes resultantes da exploração destes estabelecimentos industriais, são enormes, pois põem em causa a salvaguarda da saúde pública, a segurança de pessoas e bens, e a qualidade do ambiente.

Defendemos que todos os processos e projectos devem merecer uma avaliação e análise criteriosa, por isso mesmo todos os vereadores municipais devem responsabilmente estudar todos os dossiers para detectarem o que está bem e o que está mal e não se ficarem simplesmente por pareceres técnicos. As responsabilidades da gestão autárquica assim o exigem.

Como representante da CDU nesta assembleia municipal preconizo para bem da justiça que seja anulada a decisão anterior de isenção de IMT e mais uma vez manifestamos a total oposição à instalação duma monstruosidade industrial em terrenos da terra de que sou natural.

O eleito da CDU

Sandra Margarida Fernandes



### Declaração de Voto

Considerando que o PSD votou contra a proposta de isenção do IMT feita na reunião de 17 de Setembro de 2016.

Considerando que a requerente é a QUINTA DA LAGOEIRA e que foi esta que prometeu comprar o terreno à Câmara e que este processo ainda está a decorrer.

Considerando que a empresa PREDILETHES é quem de facto quer construir a Central Descontínua de Produção de Misturas Betuminosas, central que já quase concluiu, sem licença, num terreno que é da Câmara e que ainda não foi comprado.

Atendendo aos referidos considerandos, os membros eleitos pelo PSD votam contra a *rectificação da decisão tomada na sessão de 17 de Setembro de 2016, alínea f) do Ponto 3 da Ordem do Dia* de aprovação do reconhecimento do beneficia fiscal de isenção de IMT à QUINTA DA LAGOEIRA - Investimentos, S.A..

Assembleia Municipal de Ponte de Lima, 17 de Dezembro de 2017

Os membros eleitos pelo PSD



**Com a devida vénia, apresento desde já os meus melhores cumprimentos e saudações aos Excelentíssimos**

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal;  
Senhor Presidente da Câmara Municipal;  
Senhores Vereadores;  
Senhores Deputados Municipais;  
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia;  
Senhores Representantes da Comunicação Social,  
Senhores e Senhoras presentes.**

Por duas vezes consecutivas, esta nobre assembleia permitiu a todos aumentarem o reconhecimento dos Limarenses que, como eu, tenham fortes ligações ao Rio de Janeiro, onde o Vereador desse Município, Dr. Paulo Pinheiro, hoje citado em virtude da recomendação de louvor, que foi elevada a proposta ao ser acolhida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente desta Assembleia, Professor Doutor Salvato Trigo, também nos tem honrado com uma inquestionável perseverança e homenagens, designadamente com as suas intervenções na tribuna da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, onde fez tramitar o Projecto de Lei da geminação da Cidade do Rio de Janeiro com a nossa Vila de Ponte de Lima.

Esse Projecto foi acolhido com o N.º 2050/2016, tramita pelas comissões: de Justiça e Redacção; de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; de Educação e Cultura; de Turismo; e de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura.

Esse projecto, transformado em Lei a entrar em vigor na data da sua publicação, levará o nosso município e o nosso hino aos cerca de nove milhões de cariocas residentes na Cidade

do Rio de Janeiro, onde se incluem centenas de milhares de membros que constituem a Comunidade Luso-Brasileira do Rio de Janeiro.

A Flexibilização da circulação de conhecimentos, arte, cultura e turismo, decorrente dessa geminação, pode e deve ser um fruto a colher por todos nós.

Para breve se espera a subscrição da geminação por parte do Executivo de ambos os municípios - Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima e Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro.

O Palácio Pedro Ernesto, Sede da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, terá o cerimonial, certamente pronto, para acolher o nosso executivo e o nosso hino para a saudação desta Lei.

O Autor desta Lei Nº 2050/2016 - Vereador Paulo Pinheiro – em nome de quem tomo a liberdade de agradecer e transmitir a expectativa de poder contar na cerimónia de geminação com a presença de todos os Ilustres Membros desta Assembleia.

**A todos um Bom Natal e Muito Obrigado!**

Assembleia Municipal de Ponte de Lima, 17 de Dezembro de 2016.



Em 11/10/2016

JORGE FELIPPE - Presidente

## Comissões a serem distribuídas

- 01.: Comissão de Justiça e Redação
- 02.: Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público
- 03.: Comissão de Educação e Cultura
- 04.: Comissão de Turismo
- 05.: Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura

## TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 2050/2016

PRÓXIMO >>		<< ANTERIOR	- CONTRAIR	+ EXPANDIR	BUSCA ESPECÍFICA
Cadastro de Proposições					Data Public Autor(es)
Projeto de Lei					
20160302050					
⇒		INCLUI NA LEI Nº 5.919/2015 A CIDADE DE PONTE DE LIMA, PORTUGAL, COMO CIDADE-IRMÃ DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. => 20160302050 => {Comissão de Justiça e Redação Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público Comissão de Educação e Cultura Comissão de Turismo Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura }			01-11-2016 Vereador Paulo Pinheiro
⇒		Envio a Consultoria de Assessoramento Legislativo. Resultado => Informação Técnico-Legislativa nº2037/2016			09-11-2016
⇒		Distribuição => 20160302050 => Comissão de Justiça e Redação => Relator: Sem Distribuição => Proposição => Parecer: Sem Parecer			
⇒		Distribuição => 20160302050 => Comissão de Educação e Cultura => Relator: Sem Distribuição => Proposição => Parecer: Sem Parecer			
⇒		Distribuição => 20160302050 => Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público => Relator: Sem Distribuição => Proposição => Parecer: Sem Parecer			
⇒		Distribuição => 20160302050 => Comissão de Turismo => Relator: Sem Distribuição => Proposição => Parecer: Sem Parecer			
⇒		Distribuição => 20160302050 => Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura => Relator: Sem Distribuição => Proposição => Parecer: Sem Parecer			
PRÓXIMO >>		<< ANTERIOR	- CONTRAIR	+ EXPANDIR	BUSCA ESPECÍFICA

 VOLTAR

Acompanhar Projeto



▼ Final do Documento

## PROJETO DE LEI N° 2050/2016

### EMENTA:

**INCLUI NA LEI N° 5.919/2015 A CIDADE DE PONTE DE LIMA, PORTUGAL, COMO CIDADE-IRMÃ DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

**Autor(es): VEREADOR PAULO PINHEIRO**

## A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

### DECRETA:

Art 1º Fica incluída, no § 2º do art. 2º da [Lei 5.919, de 17 de julho de 2015](#), que consolida a legislação municipal referente às cidades-irmãs, a Cidade de Ponte de Lima, em Portugal, como cidade-irmã da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Ficam incluídos, nos incisos I, V, VIII e XIX do §1º do art. 5º da [Lei 5.919/2015](#), programas de cooperação e intercâmbio nas áreas cultural, turística, econômica e de patrimônio histórico entre a Cidade de Ponte de Lima e a Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 04 de outubro de 2016.

Vereador **PAULO PINHEIRO**  
LÍDER DO PSOL

### JUSTIFICATIVA

Ponte de Lima é a vila mais antiga de Portugal, situada na região norte, sub-região do Minho-Lima. Como um autêntico burgo medieval, no século XIV, foi protegida por muralhas e nove torres, das quais ainda restam duas. A ponte, que deu nome à vila, era a única passagem segura do Rio Lima até o fim da Idade Média.

A partir do século XVIII a expansão urbana surge e com ela o início da destruição da muralha que cercava a vila. Ao longo do tempo, Ponte de Lima foi somando à sua beleza natural magníficas fachadas góticas, maneiristas, barrocas, neoclássicas e oitocentistas.



## Intervenção na Sessão da Assembleia Municipal de Ponte de Lima

(17 de Dezembro de 2016)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Membros desta Assembleia:

Ex.mo Público aqui presente:

- Chamo-me Manuel Moreira e intervenho na qualidade de membro da Associação Cívica de Arcozelo.
- Pretendo manifestar o nosso repúdio pela forma como o Sr. Presidente da Câmara está a impôr uma central de betuminoso de alcatrão no centro da freguesia de Arcozelo.
- Falo de imposição, porque tem sido essa a postura do Sr. Eng. Vitor Mendes perante as repetidas denúncias das ilegalidades cometidas pelo Promotor da obra, algumas das quais têm a conivência directa da própria Câmara.
- Falo de conivência e de implicação directa do próprio Senhor Presidente da Câmara, porque não se entende de outro modo a sua indiferença perante a ausência do loteamento obrigatório que a Lei obriga a realizar antes de qualquer actividade económica ali se instalar.
- E a pergunta que faço ao Sr. Engº Vitor Mendes é esta: por que é que o Senhor Presidenta da Câmara fechou os olhos a esse flagrante incumprimento da Lei, que até poderá causar a perda do seu mandato?
- Se a Lei obriga a actuar perante uma ilegalidade destas, por que é que o Sr. Presidente da Câmara não cumpre a Lei?
- Por que é que o Sr. Presidente da Câmara insiste em afirmar que não é preciso um estudo prévio de impacto ambiental, se esse estudo está expressamente determinado no regulamento publicado pela própria Câmara em Diário da República?
- Por último, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara por que é que afirma que aquela central de betuminoso de alcatrão não é poluente? Sendo V. Exª Engenheiro de formação, não sabe quais são os perigos que o alcatrão acarreta para a saúde pública? V. Exª tem alguma coisa de pessoal contra a população da freguesia de Arcozelo, para tentar impor uma fábrica poluidora contra a sua vontade?

Meus senhores, muito obrigado!

Manuel Gaster Luis Teófilo



**Exma. Mesa da Assembleia Municipal**

**Exmo. Sr. Presidente de Câmara e Srs. Vereadores**

**Caros membros da Assembleia Municipal**

**Sr (s) Presidentes de Junta**

**Minhas senhoras e meus senhores**

O orçamento que nos é apresentado para o ano de 2017 anuncia uma dotação global no valor de 40 milhões de euros. Verifica-se um aumento de 12 milhões de euros em comparação com o ano anterior. A que se deverá este aumento extraordinário? Parece-nos evidente que este acréscimo está relacionado com um ano de eleições, o que nos permite concluir que se trata de um orçamento eleitoralista e com um objetivo bem preciso – utilizar o orçamento como instrumento eleitoral, preparando desde já as autárquicas de 2017.

Mas atentemos mais em pormenor ao orçamento agora em análise! Do lado das receitas, e tendo como referência o ano de 2016, pode-se aferir que a tese apresentada pelo Sr. Presidente de Câmara relativamente à redução das transferências efetuadas pela Administração Central perde credibilidade. Os documentos previsionais são esclarecedores. O Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI - apresenta um peso significativo no total das receitas correntes o que representa um enorme esforço financeiro para os limianos. Tal situação seria evitada se o executivo camarário reduzisse as taxas do IMI para os valores mínimos legais, libertando por esta via liquidez para as famílias. Neste contexto, interessa concretizar que o M51 defende uma política tributária municipal com taxas diferenciadoras para cada freguesia ou zonais delimitadas por freguesias, particularmente, as de montanha ou mais distantes da sede do concelho e sujeitas a acessibilidades reduzidas de modo a reduzir os custos de contexto e permitir uma coesão territorial mais equilibrada.

Ao analisar o documento verificamos que, grande parte dos objetivos a concretizar no ano de 2017 estão dependentes do financiamento proveniente dos fundos comunitários. O município tem orçado o valor superior a 14 milhões de euros em fundos comunitários. Muitos dos objetivos definidos para o ano de 2017 são promessas que existem há alguns anos e que estavam dependentes dos mesmos. Constata-se assim que, embora disponha o Município de uma almofada



financeira, a Câmara só avançará com investimentos se for garantido o financiamento comunitário (ver pág. 27), ficando-se assim sem perceber qual a prioridade que o executivo atribui a estes projetos.

Um outro aspeto que O M51 releva da análise deste orçamento, é que fica, mais uma vez, bem clara a política centralista deste executivo do CDS, concentrando a grande maioria dos recursos financeiros em investimentos a implementar na Vila de Ponte de Lima e no seu perímetro urbano. A título de exemplo, este executivo pretende instalar a rede de fibra óptica apenas na área urbana de Ponte de Lima. Sendo certo que a fibra óptica traduz ganhos de rapidez na comunicação e de transmissão de informação digital é nosso entendimento que, em nome de uma igualdade de tratamento e de oportunidades de desenvolvimento, deveria o executivo camarário proceder ao alargamento da rede de fibra óptica a todo o concelho de Ponte de Lima. De facto, a implementação da fibra óptica é um fator crítico de sucesso permitindo aos municípios poupanças relacionadas com os custos de utilização e às empresas obter ganhos de rapidez na comunicação e transmissão de informação com os seus stakeholders permitindo obter benefícios económicos.

Continuando uma análise pormenorizada a este orçamento, podemos qualificar este orçamento como mais um exercício em defesa do Alcatrão e do Betão. A Divisão de Serviços Urbanos apresenta uma despesa no valor aproximado de 20 milhões de euros, o que significa que 50% da despesa total é absorvida por esta divisão.

Se procedermos a uma análise comparativa com o ano anterior, a Divisão de Serviços Urbanos aumentou a sua despesa em 12 milhões de euros distribuídos pelas rubricas viadutos, arruamentos, drenagens de águas residuais e edifícios. Em sentido contrário, assistimos à diminuição do peso das despesas com a educação e cultura na despesa total, ou seja, não há aumento do investimento na educação de modo a implementar medidas que permitam aliviar o orçamento das famílias limianas. Como pode o município de Ponte de Lima apresentar-se como referência em matéria de educação quando concelhos com Braga, Barcelos, Famalicão, ~~Santo Tirso~~ <sup>de Ourense</sup> e outros oferecem manuais escolares gratuitos e transporte escolar gratuita a toda a população escolar? Realce-se ainda sobre este facto que, desde que este executivo iniciou funções em 2009, é este o ano em que as despesas relacionadas com obras superaram de longe as despesas com a educação e cultura. Verificamos assim que este executivo assenta a sua atuação no modelo retrógrado do alcatrão e betão, recusando investir nas pessoas e na melhoria da qualidade efetiva de condições de vida dos limianos.

Verificamos ainda, no orçamento agora em análise, um aumento residual da verba orçada para o saneamento em comparação com o ano de 2016. Mesmo assim, fica muito abaixo dos valores orçados no Plano Plurianual de Investimentos (2016). Interessa deixar bem claro que o investimento no saneamento será, sempre, uma preocupação e uma referência para o Grupo de

Cidadão do Movimento 51. Deste modo, não compreendemos as declarações do executivo quando afirma, num primeiro momento, que "*o alargamento da rede de saneamento irá contribuir para proteger o ambiente dos efeitos nefastos das descargas das águas residuais urbanas e das águas residuais de determinados setores industriais*" (2009) e, posteriormente, afirma que é praticamente impossível realizar o alargamento da rede de saneamento, justificando esta posição com dispersão de ocupação e por não haver utentes interessados em escala suficiente. Somos obrigados a concluir que há uma clara ausência de planeamento, de uma estratégia municipal para a implementação da rede de saneamento. Verifica-se uma execução de obra sem um plano de integrado da mesma, o que gera lentidão na criação da rede de esgotos, o aumentando a despesa, inconvenientes para os munícipes e consequente desvalorização do ambiente e da saúde pública.

Quanto às transferências para as freguesias, a nossa proposta é a de transferência efetiva de autonomia financeira assente em critérios de proporcionalidade devidamente calendarizados ao longo do mandato. Não podemos pactuar com a diminuição do peso das verbas a transferir para a juntas de freguesia em relação ao valor da despesa total, assim como, com a diminuição do peso das verbas a transferir para as associações, coletividades e instituições de solidariedade social. Defendemos uma política concelhia onde as freguesias possam adquirir uma maior independência económica e financeira que lhes permita, numa lógica de proximidade, realizar investimentos que proporcionem uma melhor qualidade de vida e bem-estar aos seus cidadãos.

No que se refere à temática do tecido empresarial, o município pretende adquirir novos terrenos, justificando esta decisão com a hipotética instalação de potenciais empresas no concelho. Todos sabemos da "Negociata" relacionada com os terrenos na freguesia de Calvelo. O pretexto desta "Negociata" é a instalação de novas empresas. Ora, sendo certo que existem áreas empresariais sem implementação expressiva, importa questionar o executivo quando afirma que os pólos industriais existentes não permitem uma solução ao nível da localização e acessos (pág. 5). É o dito por não dito. Há pouco tempo pregoavam que as zonas industriais reuniam todas as condições exigidas. Agora não. Será o propósito da "negociata" que veio alterar o discurso?

Podemos depreender das suas afirmações que os pólos não dispõem de infraestruturas necessárias para a dinamização e para o desenvolvimento empresarial, nomeadamente, rede de abastecimento de água, saneamento, estacionamento, energia de média tensão, rede de telecomunicações, particularmente a fibra óptica, depuradora, etc.

Como se pode captar investidores se nas áreas industriais, nomeadamente, a da Queijada não existem as infraestruturas referidas? Como se justifica que determinadas empresas escolham a localização fora das áreas industriais? O que levará a polémica empresa que se instalou na freguesia de Arcozelo, a pretender fazê-lo nesta freguesia, mesmo contra vontade da população? Porque não terá optado por se instalar num parque industrial?

Como justifica a propaganda dos benefícios fiscais às empresas que se queiram instalar em Ponte de Lima quando as mesmas escolhem para a sua instalação



outros municípios e que os concelhos mais industrializados cobram derrama e IMT? Este executivo camarário não reúne capacidade para apresentar medidas geradoras de diferenciação em relação a outros municípios. As empresas procuram outras medidas, não fiscais as quais já foram enumerados pelo M51 na reunião de Dezembro de 2013 e, posteriormente, secundadas por um jovem da freguesia da Gemieira. *a quanto a sua apresentação há um dossier relativo e estruturado*  
Toda esta incongruência e falta de planeamento, leva o Movimento 51 a afirmar que este executivo não dispõe de competências e criatividade que sejam capazes de promover a captação de investimento externo e interno e consequentemente gerar emprego.

Sabemos que a máquina propagandista deste executivo virá acusar o Movimento 51 de propor medidas que a ser implementadas poriam em causa a sustentabilidade financeira do município. Ora que fique bem claro que o Movimento 51 defende uma política de racionalização de custos e meios, de análise minuciosa do custo/benefício dos investimentos, o fim do recurso a ajustes diretos, o fim de concursos para empreitadas de natureza dúbia, a negociação ao nível do fornecimento de serviços externos, nomeadamente descontos financeiros e económicos e o fim de verbas inscritas no orçamento, de situações ambíguas na ordem dos milhões de euros inscritos em rubricas designadas por OUTROS, assim como, a implementação de procedimentos de auditoria e controlo interno de modo a avaliar e aperfeiçoar a gestão do risco. *ambos os tipos de oposição*  
Pretende-se alterar o modelo de governação, cuja tónica assenta na Administração dos recursos, para outro modelo com pressupostos assente na Gestão eficiente dos recursos. Assim, poderemos por em prática as medidas que propomos para benefício dos cidadãos limianos, gastando menos ao erário público que a atual política do executivo camarário.

O M51 preconiza um município pioneiro, inovador, criativo, capaz de antecipar as necessidades dos cidadãos e das empresas e superar as suas expectativas. Não podemos continuar a fazer hoje aquilo que outros municípios já realizaram há 10 anos. Urge mudar de protagonistas, de políticas, acabar com este estado deplorável de fazer política.

O Movimento 51 considera ainda que o atual modelo de gestão prescrito por este executivo não merece aprovação e não vai ao encontro dos reais anseios da população limiana. Não promove a participação dos cidadãos nas discussões e decisões de âmbito municipal, não procura a coesão do seu território e não possibilita a existência de uma verdadeira autonomia para as juntas de freguesia.



### 3. Período da Ordem do dia

#### B) Discussão e votação do “Plano de Actividades e Orçamento 2017”

Exm<sup>as</sup>. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

Em matéria de apresentação das opções do plano e orçamento municipal dada a importância e responsabilidade destes documentos, a **CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV** preconiza que o debate e a apreciação das grandes opções do plano e orçamento municipal deveriam no futuro serem contempladas pela realização anual de uma assembleia extraordinária permitindo a cada Grupo Político um debate profundo que os documentos previsionais de gestão e da actividade municipal merecem e exigem.

Entendemos que o debate sobre as Opções do Plano e Orçamento, necessita do espaço de tempo para que sejam dados esclarecimentos e explicações que permitam a adequada avaliação dos fundamentos da sua elaboração e abram caminhos na contribuição de todos para que o documento mais importante da gestão autárquica municipal seja participativo, justo e coerente com as necessidades prementes do desenvolvimento económico e social do Concelho.

Em vinte de fevereiro do ano de dois mil e nove nesta sede municipal aquando da discussão da “Elaboração de um Plano Estratégico Económico e Social do Concelho”, expressávamos: *“A CDU sempre, mas sempre, defendeu que o desenvolvimento do Concelho de Ponte de Lima não poderia ser dissociado do desenvolvimento da sua Região.”*

Analisamos então e apresentamos soluções e pistas em vários campos da economia e da vida social do Concelho que eram e continuam a ser a grande preocupação de todos; desde a Agricultura, a Indústria (transformadora e extrativa), o Comércio, a Saúde, o Trânsito, o Ambiente, a gestão pública da água; e também desde a política de investimentos passando pela política do emprego, direitos dos Jovens e dos Pensionistas.

Enfim; fizemos uma análise aprofundada em campos e vertentes da situação económica e social, dando assim o nosso contributo para procurar que fosse diluído a curto, médio e longo prazo o baixo nível de vida das populações do Concelho e da Região em que estamos inseridos.

Passado todo este tempo, debaixo do poder autárquico monocolor que tem governado Ponte de Lima, persistem ainda as enormes dificuldades de condições de vida dos Limianos, provocadas pela falta de planeamento sustentado do desenvolvimento harmonioso do nosso Concelho nas vertentes económicas e social.



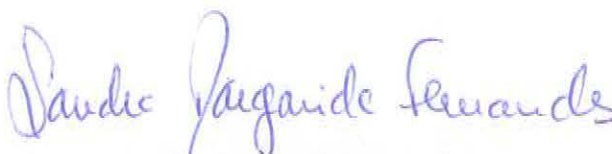
A CDU sempre se tem preocupado em apresentar contributos para a melhoria das condições de vida no concelho, tendo como princípios e fundamentos os necessários e imprescindíveis anseios da população limiana.

Consideramos que os documentos mais importantes da gestão autárquica necessitam das contribuições dos vereadores municipais, dos presidentes de junta de freguesia e das demais forças políticas para a sua elaboração e devem merecer a atenção necessária a serem consideradas.

A CDU continua a afirmar que este Concelho clama por um Plano de Actividades e um Orçamento coerentes e audaciosos na promoção de investimentos verdadeiramente estruturantes, de defesa e conservação do ambiente, de melhor e mais serviços municipais de higiene e limpeza, de projectos reais de desenvolvimento económico e social que vão ao cabal encontro das necessidades prementes de Ponte de Lima, uma Vila a proteger e a reabilitar.

A Vila de Ponte de Lima não necessita de um plano e orçamento municipal de marketing propagandístico, excessivamente alicerçado na dependência da incerteza de obtenção de fundos do Programa Portugal vinte, vinte (que deixa a sensação de ser a varinha mágica do município). É um plano e orçamento sustentado em desígnios de ano eleitoral, quando é do conhecimento de todos que o quadro comunitário do Programa Portugal vinte, vinte foi alvo de um acordo ou melhor dito de um pacto sofrido entre os municípios que compõem a CIM do Alto Minho. E sabe-se que o corte de verbas para os municípios vai muito para além do corte de 40% das verbas contratualizadas na Região do Norte no anterior quadro comunitário, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

**O Eleito da CDU**



**Sandra Margarida Fernandes**



Doc. 12  
Lima  
Câmara  
Municipal  
Ponte de Lima

## DECLARAÇÃO DE VOTO

Os membros desta Assembleia Municipal, eleitos pelo do PPD/PSD de Ponte de Lima **votam contra o Orçamento e Opções do Plano 2017**, fundamentando as razões da sua decisão nos argumentos que passam a referir:

O Orçamento de 2016 apresentou como dotações iniciais um total geral de 28 milhões de euros. Para o ano de 2017, os valores sobem para 40 milhões de euros, ou seja uma subida de 12 milhões de euros. Este aumento elevado dos valores orçamentais previstos não significa que haverá uma melhoria da qualidade de vida dos limianos, tendo em consideração que as medidas destinadas a favorecer o crescimento económico voltam a ser novamente adiadas.

O Orçamento e Opções do Plano 2017 refletem uma política global de investimento focalizada na realização de obras não prioritárias, direcionadas para soluções simples e de cartilha, que pouco contribuem para o desenvolvimento sustentável e crescimento económico do nosso concelho.

É com grande preocupação que assistimos à ausência repetida de medidas concretas de combate ao desemprego capazes de reduzir a taxa de desemprego e a consequente emigração de muitos jovens limianos. Quando olhamos à nossa volta vemos concelhos vizinhos com dinâmicas empresariais e industriais cada vez mais acentuadas e de sucesso.

Ponte de Lima dista da capital de distrito, Viana do Castelo, 24 km; de Braga, 31 km; do Porto, cerca de 73 km, e, da fronteira com Espanha, cerca de 40 km, beneficiando de uma rede estratégica de comunicações viárias equiparada à existente em países muito desenvolvidos, nomeadamente a A3 – Autoestrada Porto/Braga/Valença, com ligação a Espanha (Vigo), a A28 – Viana do Castelo/Porto, a A27 - Ponte de Lima/Viana



do Castelo e o IC28 – Ponte de Lima/Arcos/Barca, à qual se deve somar a proximidade das infraestruturas portuárias de Viana do Castelo, Leixões e Vigo, bem como dos aeroportos internacionais de Porto e Vigo.

Este posicionamento de excelência, no contexto do noroeste peninsular, confere a Ponte de Lima uma centralidade geográfica invejável, que os concelhos vizinhos não possuem, mas que, infelizmente, não tem sido devidamente aproveitada e potencializada, como demonstra o reduzido número de empresas instaladas nas zonas industriais concelhias.

No que diz respeito às políticas de apoio social não conseguimos descobrir neste Orçamento e Opções do Plano uma ideia nova e a melhoria do esforço de solidariedade que o município deve ter com as pessoas mais desfavorecidas e com as instituições que prestam serviços nessa área. Relembro algumas das medidas que apresentamos ao executivo e que poderiam contribuir para atenuar as dificuldades sentidas por muitos munícipes, como por exemplo o Programa Concelhio de Promoção de Saúde Oral; a comparticipação de medicamentos a pensionistas idosos; a abertura de cantinas durante as férias escolares; o cartão municipal do idoso; o alargamento do número de bolsas de estudo; o reforço de verbas do programa Casa Amiga e às associações, casas do povo, centros paroquiais e outras coletividades que se dedicam a ajudar os cidadãos com dificuldades.

No que diz respeito à proposta de benefícios fiscais para o ano de 2017, como vem sendo habitual, ficou aquém do expetável. O saldo financeiro do Município permite, sem qualquer risco, reduzir para valores mínimos as taxas e impostos, bem como repor as tarifas e preços de água e saneamento para valores iguais aos praticados antes do aumento ocorrido em 2016, contribuindo para aliviar os encargos suportados pelos munícipes, num momento particularmente difícil para todos.

O documento apresentado, apesar de prever obras em algumas artérias do centro histórico, não consta qualquer medida ou programa de reabilitação urbana concelhia integrada, que estimule os proprietários de imóveis degradados a recuperar os edifícios destinados a habitação, comércio e serviços, aproveitando a vantagem dos fundos comunitários previstos para o efeito.

*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
Z  
A  
P  
F  
M

Os meios financeiros destinados às Juntas de Freguesia, no âmbito da delegação de competências, são exatamente os mesmos do ano de 2016, o que revela falta de confiança na capacidade das freguesias em gerir os seus recursos.

Como conclusão final realçamos que o Orçamento e Opções do Plano 2017 são a cópia fiel das políticas seguidas nos últimos anos, situação que continuará a consolidar a posição do nosso concelho, em termos de poder de compra *per capita* e de qualidade de vida, como sendo um dos mais pobres do distrito e de Portugal, entre os 308 concelhos.

Ponte de Lima, 17 de dezembro de 2016

Os Membros eleitos pelo PPD/PSD

The block contains several handwritten signatures in blue and black ink. At the top, there is a large, stylized signature in blue ink. Below it, there is a signature in blue ink that appears to be 'C. Silva'. To the right of this, there is a signature in black ink that appears to be 'Carla Cunha'. Below these, there is a signature in black ink that appears to be 'P. Silva'. There are also some smaller, less legible signatures and initials scattered around the main ones.